

CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE GÁS NATURAL

CELEBRADO ENTRE

ORIGEM ENERGIA ALAGOAS S.A.

E

COMPANHIA DE GÁS DO ESPÍRITO SANTO – ES GÁS

ÍNDICE

CLÁUSULA 1 – DEFINIÇÕES DE TERMOS.....	3
CLÁUSULA 2 – OBJETO.....	7
CLÁUSULA 3 – VIGÊNCIA E INÍCIO DO FORNECIMENTO.....	7
CLÁUSULA 4 – QUANTIDADES DE GÁS	7
CLÁUSULA 5 – COMPROMISSOS DAS PARTES.....	8
CLÁUSULA 6 – PREÇO DO GÁS	11
CLÁUSULA 7 – FATURAMENTO	13
CLÁUSULA 8 – PAGAMENTO	15
CLÁUSULA 9 – GARANTIA DE PAGAMENTOS	ERROR! BOOKMARK NOT DEFINED.
CLÁUSULA 10 – TRIBUTAÇÃO	17
CLÁUSULA 11 – PROGRAMAÇÃO	18
CLÁUSULA 12 – INADIMPLEMENTO, RESOLUÇÃO E INDENIZAÇÃO.....	19
CLÁUSULA 13 – CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.....	21
CLÁUSULA 14 – LEI APLICÁVEL, SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS E FORO.....	23
CLÁUSULA 15 – CESSÃO DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES	24
CLÁUSULA 16 – SIGILO E CONFIDENCIALIDADE	24
CLÁUSULA 17 – GOVERNANÇA	25
CLÁUSULA 18 – DOMICÍLIO E NOTIFICAÇÃO.....	26
CLÁUSULA 19 – NOVAÇÃO	27
CLÁUSULA 20 – DISPOSIÇÕES GERAIS.....	27

**CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE GÁS
NATURAL CELEBRADO ENTRE ORIGEM ENERGIA
ALAGOAS S.A. E COMPANHIA DE GÁS DO
ESPÍRITO SANTO – ES GÁS**

Este instrumento é celebrado em 30 de Dezembro de 2024, por:

ORIGEM ENERGIA ALAGOAS S.A., sociedade com sede na Rua Lauro Müller, nº 116, sala 4401, Botafogo, cidade e estado do Rio de Janeiro, CEP 22290-160, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 34.186.669/0001-31, neste ato representada na forma do seu estatuto social (“**Vendedora**”); e

COMPANHIA DE GÁS DO ESPÍRITO SANTO – ES GÁS, sociedade com sede na Avenida Nossa Senhora da Penha, 714, Sala 1101, Praia do Canto, cidade de Vitória, estado do Espírito Santo, CEP 29.055-130, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda – CNPJ, sob o nº 34.307.295/0001-65, neste ato representada na forma de seu estatuto social (“**Compradora**”),

sendo as partes individualmente referidas como “**Parte**” e, conjuntamente, como “**Partes**”.

CONSIDERANDO QUE:

- (i) conforme disposto no Parágrafo 2º do Artigo 25, da Constituição da República com a redação que lhe foi dada pela Emenda Constitucional nº 5, de 15/08/1995, cabe aos Estados explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de Gás canalizado, na forma da Lei;
- (ii) conforme contrato de concessão firmado em XXXXX, a Compradora é a concessionária dos serviços públicos de distribuição de Gás canalizado no Estado do Espírito Santo;
- (iii) a Compradora, no âmbito de suas atividades, empenha-se em atender a demanda de Gás do mercado de sua área de concessão e, para tanto, busca contratar suprimento de tal insumo que lhe permita garantir oferta ao seu mercado com segurança, continuidade e competitividade;
- (iv) a Vendedora é devidamente autorizada perante a ANP para a comercialização de Gás; e
- (v) a Vendedora deseja vender e entregar à Compradora GÁS, e a Compradora deseja comprar e receber o referido Gás da Vendedora, nos termos e condições aqui estabelecidos

RESOLVEM as Partes celebrar o presente Contrato de Compra e Venda de Gás Natural (“**Contrato**”), que passa a ser regido integralmente pelas cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA 1 – DEFINIÇÕES DE TERMOS

1.1 Qualquer termo ou expressão grafado em maiúsculas e/ou Versalete (Caixa Alta) neste Contrato terá o significado que lhe foi atribuído nesta cláusula, seja no singular ou no plural:

Afiliada: significa, com relação a qualquer Parte, qualquer pessoa física ou jurídica, residente ou com sede no Brasil ou no exterior que (i) seja, direta ou indiretamente, controlada por esta Parte; (ii) controle, direta ou indiretamente, tal Parte; (iii) seja, direta ou indiretamente, controlada por qualquer pessoa que controle, direta ou indiretamente, tal Parte. Conforme utilizado nesta definição, “controle” significa, em uma sociedade ou outra forma de organização comercial, (i) a titularidade direta ou indireta de mais de 50% (cinquenta por cento) dos direitos de voto e (ii) o poder de orientar ou determinar a orientação da administração ou políticas.

ANP: significa a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, criada pela Lei nº 9.478, de 06/08/1997 ou qualquer outra entidade que, por força de Lei, venha a substituí-la no futuro.

Arbitragem: significa o procedimento de solução de controvérsia descrito no item 14.2.

Árbitro(s): significa(m) a(s) pessoa(s) designada(s) para dirimir as controvérsias submetidas à Arbitragem.

Arredondamento: significa o critério de arredondamento abaixo descrito:

- (a) Se a casa decimal subsequente ao algarismo a ser arredondado variar de 0 a 4, o algarismo a ser arredondado manterá seu valor;
- (b) Se a casa decimal subsequente ao algarismo a ser arredondado variar de 5 a 9, o algarismo a ser arredondado terá uma unidade somada ao seu valor.

Câmara: significa o Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem – CBMA, responsável pela condução da MEDIAÇÃO e ARBITRAGEM, conforme previsto na Cláusula 14 – Lei Aplicável, Solução de Controvérsias e Foro.

Capacidade Contratada De Transporte de Entrada (CCTE): Quantidade de Gás que a Vendedora contrata junto à Transportadora para movimentação de Gás no Ponto de Entrada, nos termos do(s) respectivo(s) Contrato(s) de Transporte, para atender exclusivamente às necessidades de programação de Gás no âmbito deste Contrato, correspondente ao volume da QDC.

Caso Fortuito ou Força Maior: significa qualquer evento que se enquadre nos conceitos de caso fortuito ou força maior contidos na CLÁUSULA 13 – CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

Compradora: significa a ES Gás.

CONDIÇÕES-BASE: significam as condições de temperatura de 20°C (vinte graus Celsius) e a pressão absoluta de 101.325 Pa (cento e um mil, trezentos e vinte e cinco Pascals).

CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA: significam as condições de temperatura de 20°C (vinte graus Celsius), a pressão absoluta de 101.325 Pa (cento e um mil, trezentos e vinte e cinco Pascals) e o Poder Calorífico Superior (PCS), em base seca, para o Gás igual ao Poder Calorífico De Referência (PCR).

Consumidor Livre: significa o consumidor de gás que, nos termos da legislação estadual, tem a opção de adquirir o gás de qualquer agente produtor, importador ou comercializador, a partir da malha de distribuição da concessionária dos serviços públicos de distribuição de gás canalizado no Estado de Alagoas.

Contrato: significa este contrato de compra e venda de gás natural, seus eventuais anexos, aditivos e todas as Notificações de Confirmação acordadas pelas Partes.

Contrato de Transporte: significa o contrato de serviço de transporte dutoviário de Gás para injeção no Ponto de Entrada ou retirada no Ponto de Saída, celebrado entre a Parte e a Transportadora, e necessário para atendimento deste Contrato.

Dia: significa cada dia calendário do período de vigência do Contrato, tendo início à 00:00h (zero hora) e término às 24:00h (vinte e quatro horas), tendo como referência GMT-3h (Greenwich Meridian Time menos três horas).

Dia Útil: significa qualquer dia em que os bancos sejam obrigados a operar conjuntamente na Cidade de Vitória, no Estado do Espírito Santo e na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Disputa: significa qualquer controvérsia concernente à interpretação ou à execução do Contrato que deverá ser submetida à Arbitragem, conforme Cláusula 14 – Lei Aplicável, Solução de Controvérsias e Foro.

Documento de Cobrança: significa qualquer fatura, nota fiscal, duplicata, nota de débito, boleto bancário, bem como qualquer outro título ou Notificação emitida por uma Parte à outra para cobrança de valor que deva ser pago, nos termos do Contrato, pela outra Parte.

Documento de Crédito: significa qualquer carta de crédito, bem como qualquer outro documento ou Notificação emitida por uma Parte à outra para concessão de crédito de um valor que deva ser devolvido ou creditado, nos termos do Contrato, para a outra Parte.

Encargo de Capacidade (EC): significa a remuneração mínima mensal devida à Vendedora, exclusivamente pelos custos fixos não recuperáveis associados à reserva de capacidade de transporte do Gás disponibilizada à Compradora e não utilizada nos respectivos pontos de entrada do Sistema de Transporte contratado pela Vendedora para garantir a programação da Quantidade Diária Contratada no âmbito deste Contrato, e que corresponde, para fins deste Contrato, ao somatório da respectiva tarifa de entrada, tarifa de saída e tarifa de empacotamento, ou qualquer outra regra que venha a ser incluída no Contrato de Transporte.

Encargos Moratórios: significam a atualização monetária com base na variação acumulada do IGP-M ou outro índice que o suceder, acrescida de juros de 1% (um por cento) ao Mês, tudo *pro rata die*, com Arredondamento em 4 (quatro) casas decimais e considerando o período entre a data de vencimento do

respectivo Documento de Cobrança e a do seu efetivo pagamento, adicionado de multa de 2% (dois por cento) sobre esse montante atualizado.

Evento de Inadimplemento: significa o evento definido no item 12.1.

Excludentes de Falha de Programação: significa os seguintes eventos, que, quando verificados, afastarão a aplicação de Falha de Programação:

- (i) Caso Fortuito ou Força Maior;
- (ii) Ação ou omissão da outra Parte que inviabilize a nominação ou programação de Quantidades de Gás perante a Transportadora, incluindo ausência ou divergência de nominação;
- (iii) Acordo expresso entre as Partes pela não aplicabilidade;
- (iv) Falhas, interrupções ou suspensões do serviço de transporte atribuídos à Transportadora, incluindo situações de paradas programadas, paradas não programadas ou paradas emergenciais no Sistema de Transporte.

Falha de Programação: significa: i) a programação pela Transportadora de Quantidade de Gás inferior àquela definida como Quantidade Diária Programada de Compra e Venda (QDP), em qualquer caso por ação ou omissão da Vendedora ou da Compradora, conforme o caso; e ii) a programação pela Vendedora de Quantidade de Gás inferior àquela definida como Quantidade Diária Programada (QDP), em qualquer caso por ação ou omissão da Vendedora ou da Compradora, conforme o caso.

Gás ou Gás Natural: significa mistura de hidrocarbonetos constituída essencialmente de metano, outros hidrocarbonetos e gases não combustíveis, que se extrai de reservatórios naturais e que, nas Condições Base, se encontra no estado gasoso.

IGP-M: significa o Índice Geral de Preços do Mercado divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV ou, para os fins deste Contrato, outro índice que venha a substituí-lo ou que venha a ser acordado entre as Partes em caso de sua extinção.

Início do Fornecimento: significa a data definida no item 3.2.

Lei: significa qualquer espécie de ato normativo (como, por exemplo, lei, decreto, resolução, portaria, seja federal, estadual ou municipal) vigente no Brasil que afete diretamente o cumprimento, por qualquer uma das Partes, das disposições previstas no Contrato.

Leis Anticorrupção: significa, conforme item 17.3 do presente Contrato, a Lei 12.846/13, o *United States Foreign Corrupt Practices Act* de 1977 ou o *United Kingdom Bribery Act*.

Mês: significa cada mês calendário de vigência do Contrato, tendo início à 00:00h (zero hora) do primeiro Dia de cada Mês e terminando às 24:00h (vinte e quatro horas) do último Dia de tal Mês.

Metro Cúbico ou m³: significa o volume de Gás que, nas Condições-Base, ocupa o volume de 1 (um) metro cúbico.

Notificação: significa qualquer comunicação entre as Partes feita na forma e dirigida aos endereços constituídos na Cláusula 18 – Domicílio E Notificação, cujo recebimento possa ser provado, pela Parte remetente, de forma inequívoca, tal como uma notificação judicial ou extrajudicial, carta ou comunicação eletrônica, conforme estipulado na referida cláusula.

Parada do Transporte: significam as situações transitórias de parada programada do Sistema de Transporte, conforme definidas no Contrato de Transporte.

Parcela de Molécula (PM): significa a parcela referente à molécula contida no Preço do Gás (PG).

Parcela de Transporte (PT): significa a parcela referente ao transporte contida no Preço do Gás (PG), que reflete os custos do serviço de transporte.

Parte(s): no singular, significa a Vendedora ou a Compradora, conforme o caso; no plural, significa a Vendedora e a Compradora, conjuntamente, conforme definição no preâmbulo deste Contrato.

Parte Afetada: significa a Parte que invocar a ocorrência de evento de Caso Fortuito ou Força Maior.

Parte Indenizante: tem o seu significado atribuído no item 17.3.2.

Parte Notificante: tem o seu significado atribuído no item 17.3.5.

Penalidade por Falha de Programação: tem o seu significado estabelecido no item 5.4.

Período de Faturamento: significa cada Mês de fornecimento de Gás no âmbito deste Contrato.

Período de Fornecimento: significa o intervalo de dias entre a data de Início do Fornecimento e o último Dia de vigência do Contrato.

Ponto de Entrada: significa o local físico no Sistema de Transporte onde a custódia do Gás é transferida pela Vendedora (ou por terceiro por esta indicado) à Transportadora, sendo, para fins deste Contrato, qualquer dos pontos de injeção de gás na malha integrada da Transportadora.

Ponto de Saída: significa o local físico no Sistema de Transporte onde a custódia do Gás é transferida pela Transportadora à Compradora (ou por terceiro por esta indicado), sendo indicado na respectiva Notificação de Confirmação.

Ponto de Entrega: significa o respectivo o local onde se considera ocorrida a transferência de propriedade do Gás da Vendedora para a Compradora.

Preço do Gás (PG): significa o preço do Gás, em R\$/m³ (Reais por Metro Cúbico), calculado conforme CLÁUSULA 6 – PREÇO DO GÁS.

Preço Piso: significa o valor limite inferior do Preço da Molécula (PM), calculado e reajustado conforme alínea a do item **Error! Reference source not found..2.1.**

Preço Teto: significa o valor limite superior do Preço da Molécula (PM), calculado e reajustado conforme alínea b do item 6.1.2.1.

Programação Mínima Mensal (PMM): significa o valor do compromisso mínimo de retirada do Gás da Compradora, na forma do item 5.1.1.

Quantidade de Gás: significa determinado volume de Gás em Metros Cúbicos nas Condições de Referência.

Quantidade Diária Alocada (QDA): significa a Quantidade de Gás em base diária que tenha sido efetivamente programada pela Transportadora, no âmbito do Contrato de Transporte e identificada em tal Contrato de Transporte como "quantidade diária programada", como resultado da nominação, pela Vendedora, da Quantidade Diária Programada (QDP) deste Contrato.

Quantidade Diária Contratada (QDC): significa a Quantidade de Gás estabelecida neste Contrato que é objeto dos compromissos de entrega e retirada estabelecidos neste Contrato.

Quantidade Diária Nominada Transporte (QDN): significa, em um determinado Dia, a Quantidade de Gás que a Vendedora ou a Compradora, conforme o caso, solicita que a Transportadora programe para fins da compra e venda no âmbito deste Contrato.

Quantidade Diária Programada (QDP): significa a Quantidade de Gás que a Vendedora tenha programado, nos termos da Cláusula 11 – Programação, para, no Dia, vender para a Compradora no Ponto de Entrega.

Quantidade Diária Solicitada (QDS): significa a Quantidade de Gás solicitada pela Compradora, para compra em determinado Dia, conforme Cláusula 11 – Programação.

Quantidade Faltante (QF): significa a Quantidade de Gás calculada conforme item 5.3.

Quantidade Não Alocada (QNA): significa a Quantidade de Gás calculada na forma do item 5.1.3.

Quantidade Paga e Não Alocada (QPNA): significa o saldo de Quantidade de Gás acumulado pela Compradora em decorrência de pagamentos efetuados à Vendedora de Quantidade Não Alocada (QNA) conforme item 5.1.5.

Rede de Transporte ou Sistema de Transporte: conjunto de instalações físicas de propriedade do Transportador necessárias à prestação do Serviço de Transporte, incluindo, mas não se limitando a dutos, estações de compressão, estações de medição, estações de redução de pressão, pontos de entrada e pontos de saída, existentes ou que venham a ser instalados.

Representantes: significam, em relação a qualquer das Partes, quaisquer diretores, conselheiros, administradores, empregados, contratados, subcontratados, prepostos a qualquer título, auditores,

advogados, consultores, comitentes ou Afiliada, ou, ainda, qualquer pessoa física ou jurídica que participou de negociações entre as Partes e/ou teve acesso a informações confidenciais.

Sentença Arbitral: significa a decisão final do Tribunal Arbitral proferida em procedimento de Arbitragem.

Transportadora: é a Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG, empresa autorizada a realizar atividade de transporte de gás natural por meio de gasoduto.

Tribunal Arbitral: significa o tribunal referido na Cláusula 14 – Lei Aplicável, Solução de Controvérsias.

Usuário Final: significam os clientes da Compradora, consumidores do Gás adquirido da Vendedora através deste Contrato.

Vendedora: significa a Origem.

CLÁUSULA 2 – OBJETO

2.1 Este Contrato tem por objeto estabelecer os termos e condições que irão regular a venda e programação, de um lado, e a solicitação, compra e programação, de outro lado, de Quantidades de Gás, entre as Partes, segundo as condições estipuladas neste Contrato.

CLÁUSULA 3 – VIGÊNCIA E INÍCIO DO PERÍODO DE FORNECIMENTO

3.1 A vigência deste Contrato se iniciará a partir da data de sua assinatura e terminará em 31 de dezembro de 2025. A eficácia do Contrato se iniciará na data de início do Período de Fornecimento prevista no item 3.2 abaixo. A vigência será estendida por prazo indeterminado até a data do efetivo cumprimento pelas Partes de todas as suas obrigações assumidas no Contrato.

3.2 O início do Período de Fornecimento ocorrerá em 01/01/2025.

3.3 Após o término do prazo de vigência do Contrato, permanecerão válidas as regras referentes à recuperação do saldo de QPNP eventualmente remanescente, por um período de 90 (noventa) Dias.

3.4 O prazo do presente Contrato poderá ser prorrogado por mútuo acordo entre as Partes, o que será formalizado mediante correspondente termo aditivo.

CLÁUSULA 4 – QUANTIDADES DE GÁS

4.1 Durante o Período de Fornecimento, a Quantidade Diária Contratada (QDC) para fornecimento de Gás será a seguinte:

Período de Fornecimento	Quantidade Diária Contratada (m³/Dia)
01/01/2025 a 31/12/2025	40.000

4.2 A partir da data de assinatura do presente Contrato, caso um ou mais Usuário Final da Compradora opte(m) pela migração para a condição de Consumidor Livre e passe(m) a ser suprido(s) diretamente pela Vendedora ou por Afiliada da Vendedora, deixando assim de consumir o Gás regularmente fornecido pela Compradora por meio do presente Contrato, a Quantidade Diária Contratada (QDC) poderá ser reduzida pela Compradora pela Quantidade de Gás que o(s) Usuário Final que optou(aram) pela condição de Consumidor Livre tenha(m) deixado de consumir da Compradora e passado a comprar diretamente da Vendedora ou de Afiliada da Vendedora, mediante a Notificação da Compradora à Vendedora e a celebração de aditivo contratual.

4.3 A partir do início do Período de Fornecimento, caso um ou mais Usuário Final da Compradora opte pela migração para a condição de Consumidor Livre e passe a ser suprido diretamente por outro supridor, deixando assim de adquirir o Gás regularmente fornecido pela Compradora, a Quantidade Diária Contratada (QDC) deste Contrato poderá ser reduzida no máximo até a proporção que a Quantidade Diária Contratada (QDC) deste Contrato representa em relação às quantidades diárias contratadas de todos os demais contratos de compra e venda de gás natural que a Compradora detiver com a Vendedora e com outros produtores, importadores, supridores, carregadores ou comercializadores de gás natural no momento da

referida redução, mediante solicitação e comprovação da Compradora à Vendedora da migração do Usuário Final para a condição de Consumidor Livre e celebração de aditivo contratual, observados os itens abaixo.

- 4.3.1 As reduções de Quantidade Diária Contratada (QDC) de que trata o item 4.3 deverão ser requisitadas por meio de Notificação da Compradora à Vendedora, contendo comprovação da migração do Usuário Final para a condição de Consumidor Livre, mediante envio de cópia das comunicações recebidas desse Usuário Final, com as informações referentes à migração. As Partes deverão celebrar aditivo contratual exclusivamente para formalizar a redução da Quantidade Diária Contratada (QDC) em até 90 (noventa) Dias contados da Notificação da Compradora à Vendedora.
- 4.3.2 Caso a migração de um ou mais Usuários Finais para a condição de Consumidor Final ocorra para um supridor diferente da Vendedora ou de Afiliada da Vendedora que possua contrato de venda de gás com a Compradora vigente quando da migração, a regra estabelecida no item 4.3 somente se aplicará caso, após a redução a zero do volume contratado entre a Compradora e tal supridor, ainda exista volume de gás remanescente que tenha sido objeto da migração. Nessa hipótese, a regra de redução pro rata estabelecida no item 4.3 acima se aplicará apenas ao valor remanescente da migração não reduzido no contrato de tal supridor.
- 4.3.3 Caso a Compradora não envie Notificação à vendedora, permanecerão válidas (i) as Quantidade Diária Contratada (QDC) pactuadas neste Contrato ou (ii) as Quantidade Diária Contratada (QDC) ajustadas por meio de aditivos anteriormente celebrados entre as Partes.
- 4.3.4 A redução da Quantidade Diária Contratada (QDC) decorrente de migração de Usuário Final para a condição de Consumidor Livre nos termos do item 4.3. deverá observar, em base anual, a proporcionalidade de volumes entre os contratos vigentes com a Compradora de forma que a cada Ano o valor proporcional da Quantidade Diária Contratada (QDC) deste Contrato com relação aos outros contratos em vigor celebrados entre as Partes se mantenha.

CLÁUSULA 5 – COMPROMISSOS DAS PARTES

5.1. Compromissos da Compradora:

- 5.1.1. Compromisso de Programação Mínima Mensal da Compradora: A partir do Início de Fornecimento, exceto em situações de não programação de Gás por Falha na Programação ou Caso Fortuito e Força Maior, a Compradora deverá, a cada Mês, solicitar à Vendedora e nominar perante a Transportadora e, mesmo que não o faça, pagar à Vendedora, a título de Programação Mínima Mensal (PMM), uma Quantidade de Gás que, na média diária do Mês, seja igual a 80% (oitenta por cento) da Quantidade Diária Contratada (QDC).
- 5.1.2. Compromisso de Programação da Compradora perante a Transportadora: A cada Dia, a Compradora deverá nominar perante a Transportadora uma Quantidade Diária Nominada de Transporte (QDN) igual à Quantidade Diária Programada (QDP) para o correspondente Dia, conforme Cláusula 11 – Programação. Adicionalmente, a Compradora se compromete a garantir que a Transportadora programe a Quantidade Diária Nominada de Transporte (QDN) no Sistema de Transporte, sob pena de incorrer em Falha de Programação, observadas as Excludentes de Falha de Programação.
- 5.1.3. Quantidade Não Alocada. Para verificação do cumprimento da Programação Mínima Mensal (PMM) pela Compradora, será calculada a Quantidade Não Alocada (QNA no Mês, conforme a seguinte fórmula:

$$QNA_{PMM} = \left(0,80 \times \sum_{j=1}^T QDC_j \right) - (QN_{FP} + QN_{FM}) - \left(\sum_{j=1}^T QDA_j \right)$$

onde:

QNA_{PMM}	É a Quantidade Não Alocada (QNA) no correspondente Mês, para fins de Programação Mínima Mensal (PMM), sendo igual a zero se o cálculo resultar negativo.
QDC_j	É a Quantidade Diária Contratada (QDC) vigente no Dia "j".
T	É o número de Dias do correspondente Mês.

QN _{FP}	É o somatório das Quantidades de Gás não programadas perante a Transportadora em razão de Falha na Programação da Vendedora no respectivo Mês.
QN _{FM}	É o somatório das Quantidades de Gás não programadas perante a Transportadora em razão de Caso Fortuito ou Força Maior no respectivo Mês.
QDA _j	É o somatório das Quantidades Diárias Alocadas (QDA) no Dia "j"
J	É a variável de iteração correspondente a cada dia existente no Período de Faturamento.

5.1.4. Caso em determinado Mês seja identificada a existência de Quantidades Não Alocadas (QNA), a Compradora deverá pagar à Vendedora o montante correspondente à Programação Mínima Mensal (PMM), conforme item 7.3, sem prejuízo do faturamento regular do Gás.

5.1.5. Quantidade Paga e Não Alocada (QPNA) - Saldo. Uma vez efetuado o pagamento referente à Programação Mínima Mensal (PMM), as correspondentes Quantidades Não Alocadas (QNA) relativas ao Mês somar-se-ão, no fechamento do Mês, ao saldo de Quantidades Pagas e Não Alocadas (QPNA), sendo que esse saldo na data do início do Período de Fornecimento é igual a zero metros cúbicos.

5.1.6. Recuperação de Quantidades Pagas e Não Alocadas (QPNA). A Compradora recuperará as Quantidades Pagas e Não Alocadas (QPNA) até o limite do saldo existente na forma abaixo:

(a) Durante o prazo de vigência do Contrato, incluindo suas eventuais prorrogações, a recuperação de Quantidades Pagas e Não Alocadas (QPNA) será automática no fechamento de cada Mês, e a Quantidade Recuperada pela Compradora (QRC) será dada conforme equação abaixo.

$$QRC_M = \left(\sum_{j=1}^M QDA_j - 0,80 \times \sum_{j=1}^M QDC_j \right),$$

onde:

QRC _M	É a Quantidade Recuperada pela Compradora (QRC) de Gás no correspondente Mês, para fins de recuperação do saldo de Quantidades Pagas e Não Alocadas, sendo igual a zero se o cálculo resultar negativo.
QDA _j	É a Quantidade Diária Alocada (QDA) no Dia "j"
QDC _j	É a Quantidade Diária Contratada (QDC) vigente no Dia "j".
M	É o número de Dias do correspondente Mês.

(b) Após o término do prazo de vigência do presente Contrato, a Compradora poderá recuperar o saldo das Quantidades Pagas e Não Alocadas (QPNA), na medida da Quantidade Diária Alocada (QDA) diariamente, até o limite dado pela Quantidade Diária Contratada (QDC) vigente no último Ano, durante um período de até 90 (noventa) Dias contados da data de término do Contrato. Durante esse período, todas as regras continuarão aplicáveis e em vigor com relação ao Gás a ser programado em tal período, exceto pelos compromissos da Compradora estabelecidos nos itens 5.1 e subitens e pelas regras aplicáveis a tais compromissos. Durante a período de recuperação, a Parcela de Transporte poderá ser alterada de modo a refletir os custos incorridos pela Vendedora com o transporte de Gás, que podem ser em modalidades diferentes para atendimento deste período de recuperação (i.e., contratação de transporte de curto prazo).

(c) Após o prazo de 90 (noventa) dias previsto no item imediatamente acima, na hipótese de haver saldo remanescente de Quantidades Pagas e Não Alocadas (QPNA), a Compradora perderá o direito à sua recuperação, sem que seja devida qualquer compensação ou devolução pela Vendedora à Compradora dos valores pagos.

5.1.6.1. Na hipótese da recuperação prevista no item 5.1.6, será emitido um Documento de Crédito conforme item 7.4.

5.1.6.2. A Quantidade Recuperada pela Compradora (QRC) será deduzida do saldo de Quantidades Pagas e Não Alocadas (QPNA).

5.1.6.3. Na hipótese disposta no item 5.1.6, a Vendedora emitirá Documento de Cobrança para a Compradora referente aos tributos que sejam devidos em razão da receita que será reconhecida pela Vendedora por ocasião do término do prazo de recuperação das Quantidades Pagas e Não Alocadas (QPNP).

5.1.7. Encargo de Capacidade (EC).

5.1.7.1. Ressalvadas as situações de não programação de Gás por Falha na Programação ou Caso Fortuito e Força Maior, a Compradora se obriga, em cada Mês, a utilizar a CCTE e, mesmo que não utilize, pagar à Vendedora, a título de Encargo de Capacidade (EC), conforme item 7.5 e seguintes, o custo incorrido pela Vendedora para contratação da CCTE.

5.1.7.2. Para fins de verificação do cumprimento da obrigação estabelecida no item anterior, a eventual Capacidade Não Utilizada (CNU) pela Compradora no correspondente Mês será calculada conforme a seguinte fórmula:

$$CNU = \left(\sum_{j=1}^M (CCTE) \right) - (QN_{FF} + QN_{FM}) - \left(\sum_{j=1}^M QDA \right), \text{ onde:}$$

CNU	É a Quantidade de Gás referente à Capacidade Não Utilizada no correspondente Mês, sendo igual a zero se o cálculo resultar negativo.
CCTE	É a Capacidade Contratada de Transporte de Entrada (CCTE) vigente no Dia "j".
M	É o número de Dias do correspondente Mês.
QN _{FM}	É a Quantidade de Gás não disponibilizada decorrente de Caso Fortuito ou Força Maior no respectivo Mês.
QN _{FF}	É a Quantidade de Gás não disponibilizada decorrente de Falha de Programação no respectivo Mês.
QDA	É a Quantidade Diária Alocada (QDA) no Dia "j"
J	É a variável de iteração correspondente a cada dia existente no Período de Faturamento.

5.1.7.3. Caso em determinado Mês seja identificada a existência de Capacidade não Utilizada, a Compradora deverá pagar à Vendedora o montante previsto conforme item 7.5, correspondente ao Encargo de Capacidade (EC), sem prejuízo do faturamento regular do Gás.

5.2. Compromissos da Vendedora:

5.2.1. Compromisso de Programação da Vendedora. A partir do Início do Fornecimento, a Vendedora se compromete a cada Dia a (i) aceitar, automaticamente, como Quantidade Diária Programada (QDP) a Quantidade Diária Solicitada (QDS) apresentada pela Compradora, até o limite da Quantidade Diária Contratada (QDC), conforme item 10.1.1 da Cláusula 10 – Programação; (ii) nominar perante a Transportadora uma Quantidade Diária Nominada de Transporte (QDN) igual à Quantidade Diária Programada de Compra e Venda (QDP) para o correspondente Dia, conforme Cláusula 10 – Programação. Adicionalmente, a Vendedora se compromete a garantir que a Transportadora programe a Quantidade Diária Nominada de Transporte (QDN) no Sistema de Transporte, sob pena de incorrer em Falha de Programação.

5.2.2.

5.3. Falha de Programação. Caso em determinado Dia ocorra Falha de Programação da Vendedora ou da Compradora, conforme o caso, a Quantidade Faltante (QF) deverá ser apurada de acordo com a fórmula abaixo:

$$QF_j = QDP_j - QN_{EX} - QDA_j ;$$

onde:

QF_j	Significa a Quantidade Faltante de Gás no Dia "j", sendo zero se o cálculo for negativo.
QDP_j	Significa o somatório das Quantidades Diárias Programadas de Compra e Venda (QDP) para o Dia "j" conforme Cláusula 11 - Programação.
QN_{EX}	É a Quantidade de Gás não programada decorrente de Excluentes de Falha de Programação
QDA_j	Significa o somatório das Quantidades Diárias Alocadas (QDA) no Dia "j".

5.4. **Penalidade por Falha de Programação.** No caso de Falha de Programação, em determinado Dia, a Parte em Falha de Programação pagará à outra Parte uma penalidade calculada de acordo com as seguintes fórmulas:

Se a Parte em Falha de Programação for a Vendedora:

$$P_{FF(Dia)} = QF \times 0,30 \times PG$$

onde:

$P_{FF(Dia)}$	Significa o valor da penalidade diária por Falha de Programação.
QF	Significa a Quantidade Faltante.
PG	Significa o Preço do Gás (PG) vigente no Dia.

Se a Parte em Falha de Programação for a Compradora:

$$P_{FF(Dia)} = QF \times 0,30 \times PM$$

onde:

$P_{FF(Dia)}$	Significa o valor da penalidade diária por Falha de Programação.
QF	Significa a Quantidade Faltante.
PM	Significa o Preço da Molécula (PM) vigente no Dia.

5.4.1. A Penalidade por Falha de Programação é a única indenização aplicável a uma Parte por Falha de Programação da outra Parte. Nenhuma outra indenização será devida pela Parte em Falha de Programação, mesmo que as perdas e danos incorridos pela outra Parte tenham sido superiores ao valor da penalidade.

5.4.2. Não se aplicará Falha de Programação quando se verificar Excludente de Falha de Programação.

5.5. As Quantidades Diárias Nominadas Transporte (QDN) apresentadas pela Vendedora e pela Compradora à Transportadora para os fins desta Cláusula serão determinadas por meio de cópia da respectiva Notificação de nominação de transporte da Vendedora e da Compradora, concomitantemente à sua efetiva apresentação à Transportadora, considerando as previsões do respectivo Contrato de Transporte.

5.6. Nenhuma das Partes poderá se eximir do cumprimento dos seus compromissos previstos nesta Cláusula Quinta em função de eventos de paradas programadas ou não programadas de equipamento ou infraestrutura da cadeia do gás, passando da área exploração de gás até a distribuição ao Consumidor Final.

CLÁUSULA 6 – PREÇO DO GÁS

6.1. O Preço do Gás (PG) válido para a data de vencimento dos Documentos de Cobrança será constituído pela soma da Parcela de Transporte (PT) à Parcela de Molécula (PM), conforme abaixo:

$$PG = PM + PT$$

onde:

PG	É o Preço do Gás (PG), expresso em R\$/m³ com Arredondamento na quarta casa decimal.
PT	É a Parcela de Transporte (PT), conforme item 6.1.1.
PM	É a Parcela de Molécula (PM), conforme item 6.1.2.

6.1.1. Parcela de Transporte (PT). A Parcela de Transporte (PT) será calculada conforme fórmula abaixo:

$$PT = PT_0 \times \left(\frac{TE_1}{TE_0} \right),$$

onde:

PT	É a Parcela de Transporte, expressa em R\$/m³, com Arredondamento na quarta casa decimal.
PT_0	É a Parcela de Transporte Inicial igual a R\$ 0,2625/m³ (zero vírgula dois mil seiscentos e vinte e cinco reais por metro cúbico), referente a 2024.
TE_1	É a tarifa publicada pela Transportadora referente à contratação da CCTE (ponto de entrada Marechal Deodoro), na modalidade anual, relativa a cada publicação pela Transportadora.
TE_0	É a tarifa cobrada da Vendedora pela Transportadora referente à contratação, da CCTE (ponto de entrada Marechal Deodoro), na modalidade anual, relativa ao Ano de 2024.

6.1.1.1. Observado o disposto no item 6.1.1.2 abaixo, as Partes reconhecem que os valores estabelecidos na Parcela de Transporte representam todos os custos e despesas a serem pagos pela Compradora à Vendedora relativos à contratação do serviço de transporte de entrada para programação de entrada do GÁS objeto deste Contrato, não sendo devida qualquer outra verba, indenização, danos, diretos ou indiretos.

6.1.1.2. Não obstante o disposto no item 6.1.1.1, as Partes concordam que qualquer mudança no valor das cobranças de transporte de entrada de Gás no âmbito do GTA deverá ser refletida na Parcela de Transporte, assim como mudanças em outros termos e penalidades associados ao GTA.

6.1.2. Parcela de Molécula (PM). A Parcela de Molécula (PM) será calculada nos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro de cada Ano conforme a seguinte fórmula:

$$PM = \frac{(10,95\% \times Brent) \times TC}{FC},$$

onde:

PM	É a Parcela de Molécula (PM) calculada trimestralmente (t), em R\$/m³ com Arredondamento na quarta casa decimal.
Brent	É a média trimestral das cotações diárias do Brent Crude Future Settle Price publicadas pela ICE (International Exchange – ICE Futures Europe), em US\$/bbl, referentes aos meses anteriores (m-4, m-3 e m-2), sendo “m” o primeiro MÊS do período de aplicação da PARCELA DE MOLÉCULA (fevereiro, maio, agosto e novembro, conforme o caso)
TC	É a média trimestral das taxas diárias de câmbio comercial de venda do Dólar Norte Americano PTAX800, publicada pelo Banco Central do Brasil, referentes aos meses m-4, m-3, m-2, sendo “m” o Mês de atualização (fevereiro, maio, agosto e novembro).
FC	É o fator de conversão de Milhão de Unidade Térmica Britânica (MMBtu) para metros cúbicos, igual a 26,8081.

6.1.2.1. A Parcela da Molécula (PM), para todos os efeitos deste Contrato, não poderá ser inferior ao Preço Piso e não poderá ser superior ao Preço Teto, que serão calculados trimestralmente nos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro, conforme fórmulas abaixo:

$$PREÇO PISO = \frac{Preço\ Piso_0 \times \left(\frac{CPI}{CPI_0}\right) \times TC}{FC},$$

onde:

PREÇO PISO	É o valor referente ao Preço Piso, expresso em Reais por metros cúbicos.
Preço Piso ₀	É o valor fixo inicial igual a USD 6,00 / MMBtu (seis dólares por milhão de Btu).
CPI	É o valor definitivo do número-índice do Índice de Preços aos Consumidores dos Estados Unidos (Consumer Price Index for All Urban Consumers – CPI-U, not seasonally adjusted) publicada pelo Bureau of Labor Statistics (BLS), referente ao segundo Mês anterior ao Mês de atualização devidamente ajustado.
CPI ₀	É o valor definitivo desse mesmo índice de preços, referente ao Mês de Novembro de 2024, igual a 316,441.
TC	É a média trimestral das taxas diárias de câmbio comercial de venda do Dólar Norte Americano PTAX800, publicada pelo Banco Central do Brasil, referentes aos meses m-4, m-3, m-2, sendo "m" o Mês de atualização (fevereiro, maio, agosto e novembro).
FC	É o fator de conversão de Milhão de Unidade Térmica Britânica (MMBtu) para metros cúbicos, igual a 26,8081.

$$PREÇO TETO = \frac{Preço\ Teto_0 \times \left(\frac{CPI}{CPI_0}\right) \times TC}{FC},$$

onde:

PREÇO TETO	É o valor referente ao Preço Teto, expresso em Reais por metros cúbicos.
Preço Teto ₀	É o valor fixo inicial igual a USD 11,00 / MMBtu (onze dólares por milhão de Btu).
CPI	É o valor definitivo do número-índice do Índice de Preços aos Consumidores dos Estados Unidos (Consumer Price Index for All Urban Consumers – CPI-U, not seasonally adjusted) publicada pelo Bureau of Labor Statistics (BLS), referente ao segundo Mês anterior ao Mês de atualização devidamente ajustado.
CPI ₀	É o valor definitivo desse mesmo índice de preços, referente ao Mês de Novembro de 2024, igual a 316,441.
TC	É a média trimestral das taxas diárias de câmbio comercial de venda do Dólar Norte Americano PTAX800, publicada pelo Banco Central do Brasil, referentes aos meses m-4, m-3, m-2, sendo "m" o Mês de atualização (fevereiro, maio, agosto e novembro).
FC	É o fator de conversão de Milhão de Unidade Térmica Britânica (MMBtu) para METROS CÚBICOS, igual a 26,8081.

6.2. O Preço do Gás não inclui quaisquer tributos, devidos em decorrência direta do Contrato ou de sua execução, os quais serão acrescidos no valor total por ocasião do faturamento.

6.3. Para o cálculo dos Preços do Gás (PG), em R\$/m³ (Reais por Metro Cúbico), nas Condições de Referência, conforme apresentados nesta cláusula, todos os preços e índices serão calculados com ARREDONDAMENTO em 4 (quatro) casas decimais.

6.4. A atualização trimestral do Preço do Gás (PG) será informada pela Vendedora à Compradora até o 8º (oitavo) Dia Útil do Mês anterior ao de aplicação do reajuste da Parcela da Molécula (PM), considerando o valor da última Parcela de Transporte (PT) disponível.

6.5. Na hipótese de o Banco Central, o ICE ou o BLS deixarem de publicar quaisquer cotações que compõem as fórmulas de cálculo apresentadas no item 6.1.2, as PARTES deverão acordar a utilização da cotação de um novo indicador. Na ocorrência de impossibilidade dessa substituição, caso as PARTES não acordem no prazo de 15 (quinze) DIAS qual o indicador cuja cotação deverá ser utilizada, qualquer uma das PARTES poderá recorrer à Arbitragem. Até a solução final da controvérsia, o faturamento deverá ser feito com base na cotação do indicador escolhido pela Vendedora.

CLÁUSULA 7 – FATURAMENTO

7.1 Os valores devidos pela Compradora à Vendedora no âmbito deste Contrato serão faturados através do envio de Documento de Cobrança à Compradora, com inclusão dos tributos devidos sobre os valores faturados. O faturamento poderá ser realizado contra o CNPJ da matriz ou contra qualquer filial da Compradora, existente hoje ou no futuro, conforme indicado em seus documentos societários.

7.1.1 Os cálculos dos valores unitários constantes do Documento de Cobrança não sofrerão nenhum tipo de Arredondamento após a incidência dos tributos, sendo que o valor total do Documento de Cobrança será Arredondado e conterá 02 (duas) casas decimais.

7.2 Faturamento Regular do Gás. O valor do faturamento mensal cobrado pelas Quantidades de Gás vendidas será determinado pela aplicação da seguinte fórmula:

$$FAT = \sum_{i=1}^N [PG \times QDA_i]$$

onde:

<i>FAT</i>	É o valor do faturamento pelo fornecimento do Gás.
<i>PG</i>	É o Preço do Gás (PG) no último Dia do Período de Faturamento, acrescido dos tributos aplicáveis.
<i>QDA_i</i>	É a Quantidade Diária Alocada (QDA) para cada Dia do Período de Faturamento.
<i>N</i>	É o número de operações do Período de Faturamento.
<i>i</i>	É o j-ésima operação do Período de Faturamento.

7.2.1 Os Documentos de Cobrança relativos aos fornecimentos de Gás deverão ser apresentados pela Vendedora à Compradora até o 5º (quinto) Dia Útil após o último Dia do correspondente Período de Faturamento.

7.2.2 Os valores referentes aos tributos aplicáveis ao Preço do Gás (PG) serão adicionados ao Preço do Gás (PG) e constarão no Documento de Cobrança.

7.3 Faturamento do Compromisso de Programação Mínima Mensal (PMM). O valor a ser pago a título de Programação Mínima Mensal (PMM) pela Compradora à Vendedora caso seja apurada Quantidade Não Alocada (QNA) em determinado Mês, na forma do item 5.1.3, será calculado conforme a seguinte fórmula:

$$FAT_{PMM} = QNA_{PMM} \times PM$$

onde:

<i>FAT_{PMM}</i>	É o valor devido pela Compradora à Vendedora, em razão do não cumprimento do compromisso de Programação Mínima Mensal (PMM) estabelecido no item 5.1.1.
<i>QNA_{PMM}</i>	É a Quantidade Não Alocada (QNA) no Mês, calculada conforme item 5.1.3.
<i>PM</i>	É a Parcela de Molécula, expressa em R\$/m³, com Arredondamento na quarta casa decimal, definido conforme item 6.1.2, acrescida dos tributos e encargos aplicáveis.

7.3.1 Os Documentos de Cobrança relativos ao compromisso de Programação Mínima Mensal (PMM) deverão ser apresentados pela Vendedora à Compradora até o 5º (quinto) Dia Útil após o último Dia do correspondente Período de Faturamento.

7.4 Recuperação de Quantidade Paga e Não Programada (QPNP). Quando ocorrer a recuperação de Quantidade Paga e Não Alocada (QPNA) através de Quantidade Recuperada pela Compradora (QRC), conforme item 5.1.6, será realizada a emissão de um Documento de Crédito com valor determinado pela seguinte fórmula:

$$DCred = QRC_M \times PM$$

onde:

DCred	É o valor do Documento de Crédito a ser creditado à Compradora, em R\$, em determinado Mês, referente a Quantidade Paga e Não Alocada (QPNA).
QRC_M	É a Quantidade Recuperada pela Compradora (QRC) no Mês.
PM	É a Parcela de Molécula, expressa em R\$/m³, com Arredondamento na quarta casa decimal, definida conforme item Error! Reference source not found., referente ao Mês da respectiva recuperação, sem tributos.

7.4.1 A Quantidade Recuperada pela Compradora (QRC_M) no Mês será apurada no fechamento do Mês, e o seu respectivo valor (sem tributos) será creditado à Compradora, em compensação de um respectivo Documento de Cobrança, no qual serão considerados os tributos devidos, referente ao Mês da respectiva recuperação.

7.5 Encargo de Capacidade (EC) e demais custos de transporte. Caso seja verificada Capacidade Não Utilizada (CNU) em determinado Mês, na forma do item 5.1.7, o valor do Encargo de Capacidade (EC) devido pela Compradora à Vendedora será calculado conforme a seguinte fórmula:

$$FAT_{EC} = CNU \times PT, \text{ onde:}$$

FAT_{EC}	-	É o valor de Encargo de Capacidade (EC) a ser pago pela Compradora à Vendedora.
CNU	-	É a Capacidade Não Utilizada (CNU) no Mês, sendo igual a zero se o cálculo resultar negativo.
PT	-	É a Parcela de Transporte, expressa em R\$/m³, com Arredondamento na quarta casa decimal.

7.5.1 A Compradora não fará jus a nenhum tipo de recuperação e/ou crédito pelo pagamento à Vendedora do Encargo de Capacidade (EC).

7.5.2 Os Documentos de Cobrança relativos ao Encargo de Capacidade (EC) deverão ser apresentados pela Vendedora à Compradora até o 5º (quinto) Dia Útil após o último Dia do correspondente Período de Faturamento.

CLÁUSULA 8 – PAGAMENTO E GARANTIA DE PAGAMENTOS

8.1 A Compradora deverá efetuar o pagamento dos Documentos de Cobrança, em moeda corrente do país, emitidos e apresentados conforme Cláusula 7 - Faturamento, até o 10º (décimo) Dia Útil do Mês subsequente ao respectivo Período de Faturamento, observadas as datas para sua emissão, conforme Cláusula 7. Em caso de atraso na apresentação do Documento de Cobrança, a data de vencimento ficará prorrogada por prazo idêntico ao número de Dias Úteis de atraso, preservando o intervalo entre a data de apresentação e a data de vencimento das faturas.

8.2 Caso surja controvérsia sobre importância cobrada pela Vendedora à Compradora e que não tenha sido resolvida até a data de vencimento do correspondente Documento de Cobrança, os seguintes procedimentos deverão ser aplicados:

(a) A Compradora deverá enviar Notificação à Vendedora até a data de vencimento do respectivo Documento de Cobrança, informando em detalhes a quantia controvertida, as razões de seu desacordo, a alternativa adotada em relação ao valor cobrado, além de outros elementos que julgue importantes para elucidar a controvérsia, e efetuar pontualmente o pagamento integral do Documento de Cobrança, identificando a parcela sujeita à potencial restituição.

(b) A Vendedora responderá a Notificação da Compradora através de Notificação em até 3 (três) Dias Úteis contados do que ocorrer primeiro entre (i) a data de recebimento da Notificação da Compradora ou (ii) a data do pagamento realizado pela Compradora.

(c) Caso a Vendedora concorde com a Compradora, deverá reemitir o respectivo Documento de Cobrança, se tal concordância ocorrer antes do seu respectivo vencimento.

(d) Caso a Vendedora concorde com a Compradora, deverá devolver em até 30 (trinta) Dias o valor pago indevidamente, se tal concordância ocorrer após o pagamento do respectivo Documento de Cobrança.

(e) Caso a Vendedora não concorde com a Compradora, a controvérsia poderá ser submetida à Arbitragem, devendo qualquer valor final apurado no procedimento arbitral ser pago acrescido dos Encargos Moratórios e de quaisquer multas aplicáveis, desde a data do efetivo pagamento até a data da restituição.

8.2.1 As Partes reconhecem que as controvérsias a título de Encargo de Capacidade deverão observar as regras e condições previstas no âmbito do Contrato de Transporte, cabendo à Vendedora repassar à Compradora, desde que permitido nos termos do Contrato de Transporte, com antecedência mínima de 10 (dez) dias do prazo final para instauração de controvérsia no âmbito do Contrato de Transporte, todos os documentos de cobrança emitidos pela Transportadora cujos ônus, por força deste Contrato, serão suportados pela Compradora. Caso a Vendedora não observe o prazo previsto neste item, as controvérsias a título de Encargo de Capacidade observarão as regras ordinárias previstas no item 8.2 para as cobranças em geral.

8.2.2 Havendo controvérsia sobre importância já paga por uma Parte à outra, a Parte que discordar da importância já paga enviará Notificação sobre a controvérsia à outra Parte, informando em detalhes a quantia controvertida, as razões de seu desacordo, a alternativa adotada em relação ao valor cobrado, além de outros elementos que julgue importantes para elucidar a controvérsia. Serão aplicáveis, no que couber, os procedimentos descritos no item 8.2.

8.2.3 Em caso de controvérsia relativa aos Documentos de Cobrança emitidos pela Compradora no âmbito deste Contrato que não sejam resolvidos por mútuo acordo entre as Partes, qualquer das Partes poderá recorrer à Arbitragem. A Compradora não terá qualquer direito de compensação ou retenção de pagamentos devidos à Vendedora em razão de quaisquer valores controversos cobrados da Vendedora.

8.3 No caso de atraso no pagamento de qualquer valor devido por uma Parte à outra, o valor em atraso estará sujeito aos Encargos Moratórios.

8.4 A qualquer tempo a Vendedora poderá solicitar que a Compradora envie sua última demonstração financeira auditada para fazer uma avaliação de crédito da Compradora. Caso a Compradora tenha sofrido queda nos seus valores de patrimônio líquido e índice de liquidez, a Vendedora poderá solicitar que a Compradora apresente garantia em até 30 (trinta) dias da solicitação. A Vendedora poderá optar por uma das seguintes modalidades: (i) caução em dinheiro na conta da Vendedora; (ii) fiança bancária; (iii) garantia corporativa; ou (iv) seguro garantia. O valor da garantia será obtido conforme fórmula abaixo:

$$\text{Valor da Garantia} = 80\% \text{ QDC} \times 65 \times \text{PG}_0, \text{ onde:}$$

Valor da Garantia	-	Significa o valor da garantia a ser apresentada pela Compradora à Vendedora na forma deste item 8.4.
PG ₀	-	Corresponde ao preço do gás, definido conforme Cláusula 6 deste Contrato, tendo como data de referência o dia 1º de janeiro do ano em que a garantia deve ser apresentada.

QDC	-	Significa a Quantidade Diária Contratada vigente na data solicitação da apresentação da garantia.
-----	---	---

A garantia acima também poderá ser solicitada pela Vendedora, a qualquer momento, caso a Compradora atrase o pagamento de qualquer valor devido à Vendedora, sem prejuízo de qualquer outra consequência prevista neste Contrato.

CLÁUSULA 9 – PONTOS DE ENTREGA, MEDIÇÃO E QUALIDADE DO GÁS

9.1. O Ponto de Entrega do Gás da Vendedora para a Compradora será no flange imediatamente à jusante do sistema de medição dos Pontos de Saída localizados nas Zonas de Saída ES1, ES2 e ES3 da Transportadora, devendo ser observadas, para as entregas no âmbito deste Contrato e as disposições do respectivo Contrato de Transporte.

9.1.1. Todos os riscos e perdas de Gás (i) à montante do Ponto de Entrega serão de responsabilidade da Vendedora, e (ii) à jusante do Ponto de Entrega serão de responsabilidade da Compradora.

9.1.2. Não obstante o disposto no item 9.1.1 acima, o Gás será disponibilizado pela Vendedora para custódia da Transportadora e permanecerá sob custódia e responsabilidade da Transportadora até a retirada pela Compradora no(s) Ponto(s) de Saída, sendo certo que uma Parte não será responsável perante a outra em razão de descumprimento, pela Transportadora, de seu dever de custódia.

9.2. As Partes reconhecem que as regras, limites, periodicidades e condições específicas aplicáveis aos sistemas de medição do Gás estão estabelecidas nos Contratos de Transporte, devendo, para todos os efeitos e no caso de conflito, prevalecer em relação a quaisquer regras, limites, periodicidades e condições específicas estabelecidas neste Contrato. Portanto, independente de quaisquer obrigações assumidas pela Vendedora neste Contrato em relação ao fornecimento de informações e realização de atividades técnicas que são de responsabilidade da Transportadora, as Partes concordam que deverão seguir as regras, condições e limites impostos nos Contratos de Transporte.

9.3. As Partes reconhecem que as regras gerais de qualidade do Gás a ser entregue à Transportadora, limites, periodicidades e condições específicas aplicáveis à cromatografia e calibração de cromatógrafo do Gás estão estabelecidas nos Contratos de Transporte, devendo para todos os efeitos, prevalecer em relação a quaisquer regras gerais de qualidade do Gás a ser entregue à Transportadora limites, periodicidades e condições específicas estabelecidas neste Contrato. Portanto, independente de quaisquer obrigações assumidas pelas Vendedoras no presente Contrato em relação ao fornecimento de informações e realização de atividades técnicas que são de responsabilidade da Transportadora, as Partes concordam que deverão seguir as regras, condições e limites impostos nos Contratos de Transporte.

9.4. O Gás a ser entregue pela Vendedora em qualquer Ponto de Entrada deverá apresentar características de qualidade que atendam no mínimo, às especificações do Regulamento Técnico ANP N° 002/2008, anexo à Resolução ANP N° 16, de 17/06/2008, ou as que venham a substituí-las em razão de disposição normativa superveniente.

9.4.1. A metodologia para determinação da qualidade do Gás entregue nos Pontos de Entrada será de responsabilidade da Transportadora.

9.4.2. A determinação do Poder Calorífico Superior (PCS), assim como outras propriedades do gás, nos Pontos de Entrada e nos Pontos de Saída, será efetuada de acordo com as regras dos Contratos de Transporte.

9.4.3. Em caso de o Gás vir a ser fornecido no Ponto de Saída em desconformidade, parcial ou totalmente, com as especificações estipuladas no item 9.4, deverão ser observadas as disposições do Contrato de Transporte pertinente.

CLÁUSULA 10 – TRIBUTAÇÃO

10.1 Os tributos de qualquer natureza que sejam devidos em decorrência direta do Contrato ou de sua execução são de exclusiva responsabilidade do contribuinte, assim definido na norma tributária, sem direito a reembolso.

10.1.1 Os tributos devidos em decorrência direta da execução do Contrato serão incluídos no valor total do Documento de Cobrança por ocasião do faturamento, incluindo a incidência de ICMS, PIS e COFINS.

10.1.2 A Compradora fornecerá todos os documentos que se fizerem necessários para evitar os ônus decorrentes de eventual responsabilidade solidária da Vendedora, bem como de eventual responsabilidade decorrente de substituição tributária, previstas na legislação tributária, sob pena de sofrer a compensação, na primeira oportunidade, do valor dos tributos, encargos, juros, multas ou outras penalidades pecuniárias eventualmente incidentes.

10.1.3 Não se entende como tributos devidos em decorrência direta da execução do Contrato aqueles cujo ônus econômico deva ser suportado pela Vendedora, tais como: IRPJ, CSLL, IOF, Contribuições Previdenciárias sobre folha de pagamento, dentre outros.

10.2 Se durante o prazo de vigência do Contrato ocorrer a criação de novos tributos, a alteração de alíquotas e/ou alteração de base de cálculo, a extinção de tributos existentes, a instituição de incentivos fiscais de qualquer natureza e/ou a isenção ou redução de tributos ou ainda forem criadas vedações ao aproveitamento de créditos e/ou obrigatoriedade de estorno de créditos de tributos apurados com técnica da não cumulatividade, que, de forma direta, venham a majorar ou reduzir, comprovadamente, o ônus da Vendedora, o valor faturado será revisto proporcionalmente à majoração ou redução ocorrida, compensando-se, na primeira oportunidade, mediante Notificação prévia, a diferença decorrente das respectivas alterações.

10.3 O preço contratual será imediatamente ajustado, com vistas a expurgar o valor do tributo indevido, nos casos em que qualquer tributo que o componha deixar de ser devido, total ou parcialmente, em razão de: (i) ato declaratório do Procurador Geral de Fazenda Nacional, aprovado pelo Ministro de Estado de Fazenda, autorizando a não interposição de recurso ou a desistência de recurso interposto pela União; (ii) súmula vinculante; (iii) decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, pela via da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) ou Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC); (iv) suspensão de execução da norma pelo Senado Federal ou (v) habilitação ou enquadramento em regime de incentivo fiscal.

10.4 Caso ocorram atrasos no envio de informações necessárias ao faturamento ou erros (i) de programação do volume; (ii) de apuração da QDA; (iii) de identificação do estabelecimento remetente/destinatário do Gás, que venham acarretar equívocos no cumprimento de obrigação tributária principal e/ou acessória, tem-se que eventuais encargos, juros, multas ou outras penalidades pecuniárias, imputados a qualquer das Partes pelo Fisco, serão suportados exclusivamente pela Parte que comprovadamente houver dado causa ao equívoco, por meio de Documento de Cobrança emitido com vencimento do dia 25 (vinte e cinco) do Mês seguinte ao Mês a que se refira ou no 1º (primeiro) Dia Útil imediatamente subsequente.

10.4.1 As Partes se comprometem a fornecer, no prazo de 15 (quinze) dias contados do envio da Notificação realizada pela outra Parte, todos os documentos solicitados pelos órgãos competentes e exigidos pela legislação de regência, necessários para a recuperação de tributo recolhido indevidamente, inclusive a declaração de não aproveitamento do crédito tributário.

CLÁUSULA 11 – PROGRAMAÇÃO

11.1 **Programação Mensal.** A Compradora enviará mensalmente à Vendedora, com no mínimo 10 (dez) Dias de antecedência para o início de cada Mês, Notificação contendo as Quantidades Diárias Solicitadas (QDS) para o Mês de referência e para os 2 (dois) Meses subsequentes.

11.1.1 Para o primeiro Mês, a Notificação de que trata o item **Error! Reference source not found.** será enviada com 10 (dez) Dias de antecedência ao Início de Fornecimento.

11.1.2 A Notificação referida no item **Error! Reference source not found.** explicitará as Quantidades Diárias Solicitadas (QDS), para cada Dia, observado o seguinte:

- (a) a Quantidade Diária Solicitada (QDS) não poderá ser superior à Quantidade Diária Contratada (QDC), com exceção da hipótese prevista no item 11.3.2;
- (b) a ocorrência de Caso Fortuito ou Força Maior.

11.2 Programação Diária. Até as 13:00 (treze horas) do Dia anterior ao Dia do fornecimento, a Compradora deverá confirmar à Vendedora a Quantidade Diária Solicitada (QDS) para o Dia seguinte. A Compradora terá o direito de alterar a Quantidade Diária Solicitada (QDS) enviada para a Vendedora nos termos do item 11.1, desde que (i) tal alteração, para mais ou para menos, não seja superior a 30% (trinta por cento) da Quantidade Diária Solicitada (QDS) informada na programação mensal; e (ii) observe os requisitos previstos no item 11.1.2. Qualquer requisição de alteração de Quantidade Diária Solicitada (QDS) fora de tais limites somente ocorrerá caso previamente aceita pela Vendedora, observado o disposto no item 11.2.1.

11.2.1 Até as 15:00h (quinze horas) do Dia anterior ao Dia do fornecimento, a Vendedora deverá, mediante envio de Notificação à Compradora:

(a) aceitar, como Quantidades Diárias Programadas de Compra e Venda (QDP), as Quantidades Diárias Solicitadas (QDS); ou

(b) estabelecer Quantidades Diárias Programadas de Compra e Venda (QDP) compatíveis com a disponibilidade de Gás, observadas as disposições de Falha de Programação; ou

11.2.2 Caso as solicitações da Compradora não se enquadrem nos requisitos previstos no item 11.1, será considerada como Quantidade Diária Solicitada (QDS) a última solicitação da Compradora que tenha se enquadrado nos termos do item 11.1.2.

11.2.3 Caso a Vendedora não se pronuncie no prazo do item 11.2.1, será considerada como Quantidade Diária Programada de Compra e Venda (QDP) a última Quantidade Diária Programada de Compra e Venda (QDP) expressamente aceita pela Vendedora.

11.3 Programação Intradiária. Caso a Compradora solicite alteração na Quantidade Diária Solicitada (QDS) até 12:00 (doze horas) do mesmo Dia (intradiária), a Vendedora deverá responder a solicitação até as 17:00 (dezessete horas) do mesmo Dia, ficando estabelecido que tal alteração deverá ser aceita pela Vendedora desde que (i) não seja superior, para mais ou para menos, a 30% (trinta por cento) da Quantidade Diária Solicitada (QDS) informada na programação mensal; e (ii) observe os requisitos previstos no item 11.1.2. Qualquer requisição de alteração de Quantidade Diária Solicitada (QDS) fora de tais limites somente ocorrerá caso previamente aceita pela Vendedora.

11.3.1 Para a Programação intradiária, A nova Quantidade Diária Programada (QDP) deverá corresponder à Quantidade de Gás calculada pela Transportadora como nova quantidade diária programada de entrada e saída após a solicitação de alteração de programação intradiária no âmbito do respectivo Contrato de Transporte.

11.3.2 A qualquer momento, a Compradora pode solicitar e a Vendedora poderá, a seu exclusivo critério, aceitar ou não, Quantidades Diárias Solicitadas (QDS) superiores à Quantidade Diária Contratada (QDC), observados os procedimentos de programação mensal, diária e intradiária previstos nesta cláusula.

CLÁUSULA 12 – INADIMPLEMENTO, RESOLUÇÃO E INDENIZAÇÃO

12.1 Eventos de Inadimplemento. A ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses constituirá Evento de Inadimplemento de qualquer das Partes:

- (a) não pagamento, no todo ou em parte, do valor correspondente a qualquer Documento de Cobrança que lhe seja apresentado pela Vendedora até a data de seu vencimento;
- (b) dissolução, liquidação, pedido de recuperação judicial, pedido de homologação de recuperação extrajudicial ou decretação de falência da Parte;
- (c) perda de qualquer das licenças, concessões ou autorizações necessárias ao cumprimento do objeto deste Contrato;
- (d) violação da Cláusula 17 – Governança;
- (e) cessão parcial ou total a terceiros dos direitos e obrigações deste Contrato, em desacordo com a CLÁUSULA 15 – CESSÃO DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES;
- (f) não apresentação, pela Compradora, da garantia prevista no item 8.4, caso solicitada pela Vendedora;
- (g) Falha de Programação por mais de 20 (vinte) Dias, corridos ou intercalados, em determinado Ano que implique em Quantidades Diárias Alocadas (QDA), na média do Ano, inferiores a 80% (oitenta

por cento) da QDP, independentemente de a Vendedora ter pago penalidades previstas para tal hipótese;

12.2 Caracterizado um Evento de Inadimplemento de qualquer das Partes, a Parte adimplente poderá requerer a resolução do Contrato, mesmo que vigente Notificação de Confirmação, mediante envio de Notificação à Parte inadimplente com efeitos imediatos.

12.2.1 No caso do item 12.1 (a) acima, a Parte inadimplente terá 5 (cinco) dias adicionais para curar seu inadimplemento antes que a outra Parte tenha o direito de rescindir este Contrato.

12.2.2 Sem prejuízo do disposto no item 12.2, enquanto (i) um Evento de Inadimplemento da Compradora não for totalmente sanado, a Vendedora poderá suspender a venda de Quantidades de Gás no âmbito deste Contrato, mediante Notificação enviada com 24h (vinte e quatro horas) antecedência da data prevista para a suspensão; e (ii) um Evento de Inadimplemento da Vendedora não for totalmente sanado, a Compradora estará desobrigada de realizar qualquer pagamento a título de Compromisso de Programação Mínima Mensal e Encargo de Capacidade. Eventual tolerância por qualquer das Partes em deixar de cumprir suas obrigações contratuais não significará renúncia de tal direito, podendo tal direito ser exercido a qualquer momento, enquanto perdure o referido inadimplemento.

12.2.3 Em virtude da resolução do Contrato por Evento de Inadimplemento, a Parte inadimplente deverá pagar à outra Parte, além dos valores já incorridos e devidos no âmbito deste Contrato, uma multa rescisória de natureza compensatória no valor calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$VI = [(PG \times QDC \times DF) \times 0,50]; \text{ onde:}$$

VI	É o valor de indenização, em R\$, a ser pago pela PARTE inadimplente à outra PARTE.
PG	É o valor, em R\$/m ³ , do Preço do Gás (PG)
QDC	É Quantidade Diária Contratada (QDC), em m ³
DF	É a quantidade de Dias faltantes para o término de vigência do Contrato.

12.2.4 Sem prejuízo dos itens 12.2.6 e 12.2.7 abaixo, acordam as PARTES que o valor estipulado no item 12.2.3 representa a totalidade de indenização exigível da PARTE inadimplente, ainda que maior seja o montante das eventuais perdas e danos. Efetuado o pagamento, nada mais haverá a pleitear extrajudicial ou judicialmente.

12.2.5 A Parte adimplente emitirá um Documento de Cobrança à Parte inadimplente com o montante correspondente ao valor da multa rescisória. O Documento de Cobrança deverá ser pago pela Parte inadimplente em até 30 (trinta) dias após a data de seu recebimento.

12.2.6 A resolução do Contrato nos termos previstos nesta cláusula não eximirá as Partes do pagamento dos valores eventualmente devidos à outra Parte até a data de tal resolução e tampouco prejudicará ou afetará as previsões deste Contrato que, expressa ou tacitamente, devam ser observadas pelas Partes após a resolução.

12.2.7 Caso o presente Contrato seja resolvido antecipadamente, as seguintes regras serão aplicadas com relação às Quantidades Pagas e Não Alocadas (QPNA):

(a) Caso a Vendedora seja a Parte inadimplente que tenha dado causa à resolução do Contrato pela Compradora, adicionalmente ao pagamento da totalidade das verbas rescisórias aplicáveis nos termos desta cláusula a Vendedora deverá pagar à Compradora, no prazo previsto no item 12.2.5, o montante correspondente ao eventual saldo de Quantidades Pagas e Não Alocadas (QPNA) multiplicado pela Preço do Gás, vigente na data da resolução do Contrato.

(b) Caso a Compradora seja a Parte inadimplente que tenha dado causa à resolução do Contrato pela Vendedora, o montante correspondente ao eventual resíduo de Quantidades Pagas e Não Alocadas (QPNA), calculado conforme alínea (a) acima, será reduzido do valor de indenização (VI) a ser pago pela Compradora à Vendedora. Caso o valor da Quantidades Pagas e Não Alocadas (QPNA), seja superior ao valor de indenização (VI) a ser pago pela Compradora à Vendedora, a Vendedora deverá pagar à Compradora tal diferença no prazo previsto no item 12.2.5.

12.3 Responsabilidade e Indenização. Observadas as limitações de responsabilidade estipuladas neste Contrato, as Partes deverão proteger, defender, indenizar, manter indene e resguardar uma à outra contra todas as responsabilidades, perdas, danos, custos e despesas, bem como reivindicações, ações, demandas, reclamações, queixas e representações de qualquer natureza apresentadas por terceiros, incluindo reivindicações em relação à cobrança de tributos, em decorrência da ação ou omissão da Parte indenizadora em violação às suas obrigações previstas neste Contrato ou às Leis aplicáveis.

12.3.1 Nenhuma Parte será responsabilizada perante a outra Parte, em qualquer hipótese, por quaisquer danos indiretos, lucros cessantes, perdas de receita ou de oportunidade, danos punitivos ou consequenciais.

12.3.2 Cada Parte deverá ser responsável pelos atos ou omissões de seus representantes, subordinados ou afiliadas atuando em seu benefício.

12.3.3 A responsabilidade de cada uma das Partes por penalidades e multas previstas neste Contrato, bem como por perdas e danos, estará limitada ao montante equivalente a 100% do valor total da Notificação de Confirmação a que se refere o evento de inadimplemento. Sem prejuízo disso, nenhuma limitação de responsabilidade prevista neste Contrato, inclusive no que diz respeito ao item 12.3.1, se aplicará às hipóteses previstas abaixo:

- (i) Dolo da Parte indenizadora na conduta que tenha resultado no dano indenizável no âmbito deste Contrato;
- (ii) Descumprimento pela Parte indenizadora da Lei ambiental ou Lei Anticorrupção.

CLÁUSULA 13 – CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR

13.1 Caracteriza-se como Caso Fortuito ou Força Maior, com estrita observância do Artigo 393 e seu parágrafo único do Código Civil Brasileiro, qualquer evento ou circunstância que afete qualquer uma das PARTES e que reúna, concomitantemente, todos os seguintes pressupostos:

- (a) que a ocorrência se dê e permaneça fora do controle da Parte Afetada;
- (b) a Parte Afetada, e/ou suas Afiliadas, não tenham concorrido direta ou indiretamente para a sua ocorrência;
- (c) a atuação da Parte Afetada, conquanto diligente e tempestiva, não tenha sido suficiente para impedir ou atenuar sua ocorrência; e
- (d) sua ocorrência afete ou impeça diretamente o cumprimento, total ou parcial, pela Parte Afetada, de uma ou mais obrigações previstas neste Contrato.

13.2 Abrangência.

13.2.1 Sem prejuízo da existência de quaisquer outros eventos de Caso Fortuito ou Força Maior, fica, desde já, aceito e reconhecido como evento de Caso Fortuito ou Força Maior qualquer um dos eventos listados abaixo, desde que verificados os requisitos desta cláusula:

- (a) Ato de atentado público, vandalismo ou terrorismo, guerra declarada ou não, ameaça de guerra, revolução, guerrilha, insurreição, comoção civil, tumulto, rebelião, insurreição militar, golpe de estado, estado de sítio, declaração de estado de emergência ou lei marcial, embargo ou bloqueio econômico.
- (b) Ato de sabotagem, de terrorismo, de vandalismo ou de destruição acidental de instalações, ainda que parcial, da Parte Afetada ou de seus contratados, desde que sem culpa deles.
- (c) Cataclismos, raios, terremotos, tornados, tempestades, incêndios, inundações, explosões e eventos meteorológicos excepcionais e imprevisíveis.
- (d) Desapropriação, confisco, aquisição compulsória, ou nacionalização de todos ou de parcela substancial dos ativos da Parte Afetada por qualquer órgão público.

- (e) um comprovado e documentado evento de Caso Fortuito ou Força Maior que afete o sistema de produção e infraestrutura necessário para atendimento deste Contrato, incluindo o Sistema de Transporte.
- (f) um comprovado e documentado evento de Caso Fortuito ou Força Maior que afete o sistema de distribuição da COMPRADORA necessário para o recebimento do Gás.

13.3 Eventos excluídos.

Não se configuram como Caso Fortuito ou Força Maior os seguintes eventos:

- (a) Greve ou qualquer outra perturbação de natureza similar executada somente pelos empregados, agentes, ou prestadores de serviços contratados ou subcontratados da Parte Afetada.
- (b) Alteração das condições econômicas e financeiras da Parte Afetada, bem como a alteração das condições de mercado para comercialização do Gás em geral.
- (c) Qualquer quebra ou falha de qualquer setor de planta industrial, instalações, maquinário ou equipamento pertencente à Parte Afetada, seus prestadores de serviços contratados ou subcontratados, exceto se decorrente diretamente da ocorrência de Caso Fortuito ou Força Maior no presente Contrato.
- (d) Falha ou atraso no desempenho das obrigações assumidas por prestadores de serviços contratados ou subcontratados da Parte Afetada que afetem o cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela Parte Afetada neste Contrato, exceto se decorrente diretamente da ocorrência de Caso Fortuito ou Força Maior no presente Contrato.
- (e) Eventos de Caso Fortuito ou Força Maior que afetem de forma geral as condições de mercado e de logística e não especificamente as atividades necessárias para o cumprimento deste Contrato.
- (f) Depleção dos blocos nos quais o Gás objeto deste Contrato é produzido.

13.4 Na hipótese de ocorrência de situações caracterizadas como Caso Fortuito ou Força Maior, deverão ser adotadas pela Parte Afetada as seguintes medidas:

- (a) Informar sobre a ocorrência do evento e enviar Notificação à outra Parte e, tão logo quanto possível, apresentar as informações disponíveis em relação à estimativa da duração, do provável impacto no desempenho de suas obrigações e as possíveis ações que serão tomadas, pela Parte Afetada, para remediar ou mitigar as consequências de tal evento.
- (b) Adotar as providências cabíveis para remediar ou atenuar as consequências de tal evento, visando possibilitar a execução normal do Contrato o mais brevemente possível.
- (c) Manter a outra Parte informada a respeito de suas ações e de seu plano de ação.
- (d) Prontamente enviar Notificação à outra Parte da cessação do evento e de suas consequências.
- (e) Permitir à outra Parte, quando possível, o acesso a qualquer instalação afetada pelo evento, para uma inspeção local, por conta e risco da PARTE que deseje inspecionar.
- (f) Complementar posteriormente a informação de que trata o item 13.4 (a) com a comprovação da ocorrência do Caso Fortuito ou Força Maior, bem como seu impacto adverso no cumprimento das obrigações da Parte Afetada.

13.4.1 Caso a Notificação de que trata a alínea (a) do item 13.4 seja enviada em até 72 (setenta e duas) horas contadas do conhecimento da ocorrência do evento, a suspensão das obrigações das PARTES em decorrência de evento de Caso Fortuito ou Força Maior se dará a partir da data em que o referido evento tenha se iniciado.

13.4.2 Na hipótese de a Notificação ser enviada após o prazo previsto no item 13.4.1, os efeitos do evento de Caso Fortuito ou Força Maior somente se produzirão a partir da data do recebimento da Notificação.

13.5 Obrigações não afetadas.

Nenhum Caso Fortuito ou Força Maior eximirá as Partes de qualquer de suas obrigações devidas anteriormente à ocorrência do respectivo evento ou que se tenham constituído antes dele, embora sejam exigíveis durante ou posteriormente ao evento de Caso Fortuito ou Força Maior.

13.6 Efeitos no CONTRATO.

Com a ocorrência de Caso Fortuito ou Força Maior, as Partes, enquanto perdurarem os efeitos decorrentes de tal evento, estarão dispensadas do cumprimento das obrigações contratuais, na medida e na extensão em que diretamente afetadas pelo evento de Caso Fortuito ou Força Maior, caracterizado nos termos deste Contrato.

13.7 Em caso de divergência de entendimento quanto à caracterização de um evento de Caso Fortuito ou Força Maior enquanto perdurar a controvérsia, o evento de Caso Fortuito ou Força Maior produzirá seus efeitos sobre as obrigações do Contrato.

13.8 Caso a Sentença Arbitral determine que não ocorreu o Caso Fortuito ou Força Maior, ou a Parte que alegou mude seu entendimento, a Parte que tenha alegado tal evento será responsável pelas consequências previstas no Contrato devido ao não cumprimento das obrigações que foram suspensas por força do suposto evento alegado de Caso Fortuito ou Força Maior.

CLÁUSULA 14 – LEI APLICÁVEL, SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS E FORO

14.1 O Contrato será regido pelas leis brasileiras. Diante de quaisquer controvérsias oriundas do Contrato ou a ele relacionadas (“Disputas”), as Partes deverão observar o seguinte procedimento:

14.2 Arbitragem. A Arbitragem será conduzida de acordo com o regulamento de arbitragem da Câmara, exceto naquilo que tais regras estiverem em conflito com qualquer disposição do Contrato, hipótese na qual prevalecerão as disposições do Contrato, e será realizada na Cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, Brasil. A Arbitragem será necessariamente de direito, sendo vedado o julgamento por equidade ou com base em usos e costumes, sendo observado o seguinte:

14.2.1A Disputa será solucionada na Arbitragem, aplicando-se a Lei brasileira.

14.2.2O idioma da Arbitragem e da sua decisão será o português.

14.2.3O Tribunal Arbitral será composto por 3 (três) membros, escolhidos nos termos do Regulamento.

14.2.4A Sentença Arbitral deverá ser emitida por escrito e será vinculante para as Partes. Será irrecorrível, salvo nos casos previstos em Lei.

14.2.5As Partes poderão, antes da constituição do Tribunal Arbitral, requerer a qualquer autoridade judicial competente a concessão de tutelas de urgência (cautelares ou antecipação dos efeitos da tutela de mérito). Após a sua constituição, tais medidas deverão ser solicitadas ao Tribunal Arbitral, o qual terá autoridade para manter, modificar ou revogar as medidas previamente concedidas pelo poder judiciário.

14.2.6As ações judiciais nesse sentido ou aquelas destinadas à execução de medidas cautelares de proteção de direitos concedidas pelo Tribunal Arbitral não serão consideradas como atos de renúncia à Arbitragem.

14.2.7Quaisquer requerimentos formulados à autoridade judicial ou tutelas por ela concedidas ou denegadas, deverão ser informados sem demora ao Tribunal Arbitral. O Tribunal Arbitral poderá, a qualquer tempo, reapreciar a tutela concedida judicialmente, a mantendo, alterando ou revogando, ou ainda, se denegada, a concedendo.

14.2.8O idioma de Arbitragem e da sua decisão será o português.

14.2.9O Tribunal Arbitral será composto por 3 (três) membros, escolhidos nos termos Regulamento de Arbitragem da Câmara.

14.2.10 A Sentença Arbitral deverá ser emitida por escrito e será vinculante para as Partes. Será irrecorrível, salvo nos casos previstos em Lei.

14.2.11 As Partes poderão, antes da constituição do Tribunal Arbitral e, em circunstâncias excepcionais, mesmo posteriormente, requerer a qualquer autoridade judicial competente a concessão de tutelas de urgência (cautelares ou antecipação dos efeitos da tutela de mérito) e das medidas judiciais previstas ou compatíveis com o Regulamento de Arbitragem ou com a Lei n.º 9.307/1996.

14.2.12 As ações judiciais nesse sentido ou aquelas destinadas à execução de medidas cautelares de proteção de direitos concedidas pelo Tribunal Arbitral não serão consideradas como atos de renúncia à Arbitragem.

14.2.13 Quaisquer requerimentos formulados à autoridade judicial ou tutelas por ela concedidas ou denegadas, deverão ser informados sem demora ao Tribunal Arbitral. O Tribunal Arbitral poderá, a qualquer tempo, reapreciar a tutela concedida judicialmente, a mantendo, alterando ou revogando, ou ainda, se denegada, a concedendo.

14.3 Outras Disposições: A instauração de um procedimento de Arbitragem não suspenderá o andamento normal do Contrato.

14.4 Não obstante o disposto nesta Cláusula, cada uma das Partes se reserva ao direito de recorrer ao Poder Judiciário com o objetivo de:

- (i) assegurar a instituição da Arbitragem;
- (ii) obter concessão de tutelas de urgência, na forma do item 14.2.5;
- (iii) executar qualquer decisão da Arbitragem, inclusive, mas não exclusivamente, da Sentença Arbitral;
- (iv) pleitear a nulidade da Sentença Arbitral, nas hipóteses permitidas em Lei.

14.4.1 A existência, o conteúdo e as decisões da Arbitragem serão mantidos em sigilo pelas Partes, exceto nas hipóteses permitidas pela CLÁUSULA 16 – SIGILO E CONFIDENCIALIDADE. As partes reconhecem, ainda, que, para todos os fins de direito, a obrigação de confidencialidade prevista nesta cláusula serve ao propósito do artigo 189, inciso IV, do Código de Processo Civil.

14.5 Para as hipóteses em que as Partes podem recorrer ao Poder Judiciário, nos limites daquilo permitido por este Contrato, as PARTES poderão recorrer: (i) ao foro da comarca da Capital do Estado da Parte demandada; ou (ii) ao foro onde a medida será efetivada, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA 15 – CESSÃO DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES

15.1 O Contrato, bem como os direitos e obrigações dele decorrentes, não poderá ser cedido total ou parcialmente, empenhado ou de outra forma gravado, salvo com o consentimento por escrito da outra Parte, observado o disposto no item 15.2.

15.2 A Vendedora poderá ceder ou dar em garantia, a qualquer título, no todo ou em parte, os créditos de qualquer natureza, decorrentes ou oriundos deste Contrato, aplicando-se, nessa hipótese, todas as demais disposições legais a respeito da matéria, sendo certo que o pagamento pela Compradora dos direitos de crédito que venham a ser cedidos está condicionado ao pleno cumprimento, pela Vendedora, de suas obrigações contratuais em relação à Compradora, sendo oponíveis ao cessionário, a qualquer tempo, quaisquer eventuais defesas pessoais que a Compradora detenha perante a Vendedora e nos termos deste Contrato.

15.3 O cedente será o único obrigado ao cumprimento das obrigações contratuais constituídas e vencidas porventura existentes até o momento da cessão.

CLÁUSULA 16 – SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

16.1 As Partes se obrigam, pelo prazo de duração do Contrato e suas eventuais prorrogações e adicionalmente por 5 (cinco) anos após o seu término, a manter todas as informações referentes a qualquer aspecto do Contrato em sigilo, que lhes forem transmitidas ou obtidas em razão destes. De toda forma, as Partes reconhecem que, em função da obrigação de Vendedora em enviar o presente Contrato à ANP e da sua publicação no sítio eletrônico desta agência, qualquer informação sobre este Contrato estará pública e poderá ser acessada por terceiros mediante acesso a tal sítio eletrônico.

16.1.1 As Partes se responsabilizam, para fins de sigilo, pelas informações referentes a qualquer aspecto do Contrato divulgadas por si, sucessores e representantes.

16.1.2 São consideradas sigilosas e confidenciais todas as informações fornecidas, independentemente de expressa menção quanto ao seu sigilo e confidencialidade.

16.2 O descumprimento da obrigação de sigilo e confidencialidade importará em qualquer hipótese, na responsabilidade civil por perdas e danos que a Parte infratora venha a causar à outra Parte, inclusive no que concerne a danos indiretos e lucros cessantes.

16.3 Só serão legítimos como motivos de exceção à obrigatoriedade de sigilo a ocorrência de descumprimento nas seguintes hipóteses:

- (a) a informação já era comprovadamente conhecida e de domínio público anteriormente à sua divulgação por forma legal e legítima ou venha a se tornar pública posteriormente, sem que a revelação seja feita indevidamente pela Parte receptora da informação confidencial às tratativas de contratação, sejam elas diretas ou através de procedimento legal.
- (b) ter havido prévia e expressa anuência da Parte titular da informação, mediante autorização da maior autoridade do órgão responsável pelo Contrato, quanto à liberação da obrigação de sigilo e confidencialidade relativamente àquela informação.
- (c) a informação foi comprovadamente obtida por outra fonte, de forma legal e legítima.
- (d) determinação judicial, legal, regulatória e/ou solicitação de órgão público que quaisquer das Partes estejam subordinadas ou vinculadas, desde que requerido segredo de justiça no seu trato judicial e/ou administrativo, devendo ainda a Parte que divulgou a informação dar ciência à outra Parte.
- (e) para qualquer órgão público, desde que exigido por Lei.
- (f) a informação tenha sido desenvolvida pela Parte ou por uma de suas Afiliadas independentemente da informação contida e liberada para tal Parte nos termos do Contrato.

CLÁUSULA 17 – GOVERNANÇA

17.1 Saúde Ocupacional, Meio Ambiente e Proteção ao Usuário Final. As Partes se comprometem a observar as normas legais e regulatórias relacionadas ao transporte e à distribuição de gás natural, além de envidar esforços para a adoção das melhores práticas da indústria internacional de gás natural e obediência às normas e procedimentos técnicos e científicos pertinentes, visando à garantia de:

- (a) segurança operacional, através do emprego de métodos e processos que assegurem a segurança ocupacional, a saúde ocupacional do trabalhador e a prevenção de acidentes operacionais;
- (b) preservação do meio ambiente e respeito às populações, através da adoção de tecnologias e procedimentos associados à prevenção e à mitigação de danos ambientais;
- (c) proteção e segurança do usuário final quando da utilização do gás natural.

17.2 Vedação ao Nepotismo e das Práticas Anticorrupção. A Compradora não poderá manter, durante a execução do Contrato, administrador ou sócio com poder de direção que seja cônjuge, companheiro(a) ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de empregado(a) da Vendedora detentor(a) de função de confiança: (i) que autorizou a contratação; (ii) que assinou o Contrato; (iii) responsável pela demanda; (iv) responsável pela contratação; (v) hierarquicamente imediatamente superior ao responsável pela demanda; (vi) hierarquicamente imediatamente superior ao responsável pela contratação.

17.3 Conduta das Partes. Em relação às operações, serviços e outras atividades relativas a este Contrato:

- (a) Cada Parte declara, garante e se compromete que ela e os membros do seu Grupo (i) não realizaram, ofereceram, prometeram ou autorizaram, bem como (ii) não realizarão, oferecerão, prometerão ou autorizarão, a entrega de qualquer pagamento, presente, promessa, entretenimento ou qualquer outra vantagem, seja diretamente ou indiretamente, para o uso ou benefício direto ou indireto de qualquer autoridade ou funcionário público, partido político, representante de partido político, candidato a cargo eletivo ou qualquer outro indivíduo ou entidade, quando tal oferta, pagamento, presente, promessa, entretenimento ou qualquer outra vantagem constituir violação à Lei 12.846/13, e respectivas regulamentações e Decreto-Lei 2848/1940 (Código Penal Brasileiro) (coletivamente denominados as “Leis Anticorrupção”). Para os efeitos desta cláusula, “Grupo” significa, em relação a cada uma das Partes, suas controladoras, controladas, sociedades sob controle comum, seus administradores, diretores, prepostos, empregados, subcontratados, representantes e agentes.
- (b) Cada Parte declara, garante e se compromete que ela e os membros do seu Grupo cumprirão as Leis Anticorrupção.
- (c) Adicionalmente, nas atividades econômicas e financeiras relativas a este Contrato, cada Parte declara e garante que ela e os membros do seu Grupo não utilizaram ou utilizarão bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de atividades ilícitas, bem como não ocultaram ou dissimularam a sua natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade, e cumprirão as demais normas

referentes a prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento ao terrorismo, incluindo, porém não se limitando, as condutas descritas na Lei 9.613/98 e demais legislações aplicáveis à Parte.

(d) Cada Parte declara, garante e se compromete que ela e os membros do seu Grupo não pagaram ou pagaram, diretamente ou indiretamente por meio de qualquer pessoa ou entidade, quaisquer taxas, comissões ou reembolsos à outra Parte ou aos membros do Grupo da outra Parte, bem como que não ofereceram, prometeram, autorizaram ou entregaram, tampouco oferecerão, prometerão, autorizarão ou entregarão à outra Parte ou aos membros do Grupo da outra Parte, qualquer presente ou entretenimento de forma a influenciar ou induzir qualquer ação ou omissão em relação a este Contrato.

(e) Cada Parte declara, garante e se compromete que não utilizou ou utilizará broker, agente, consultor ou qualquer outro intermediário na solicitação, obtenção, negociação, estruturação ou execução do presente Contrato ou em qualquer assunto relacionado a este Contrato, quando a utilização de tal broker, agente, consultor ou intermediário faça com que a Parte viole os compromissos assumidos nesta cláusula ou quando as ações de tal broker, agente, consultor ou intermediário caracterizem qualquer infração deste item 17.3.

(f) As Partes declaram, garantem e se comprometem a possuir políticas e procedimentos adequados em vigor e em relação à ética e conduta nos negócios e às Leis Anticorrupção.

17.3.1 Cada Parte deverá responder com razoável detalhamento e com suporte documental adequado a qualquer solicitação razoável da outra Parte relacionada aos compromissos, garantias e declarações realizadas neste item 17.3, sendo que as Partes não serão obrigadas a apresentar informações protegidas por sigilo legal. Essa obrigação permanecerá válida independentemente do término do Contrato.

17.3.2 Cada Parte ("Parte Indenizante") deverá defender, indenizar e manter a outra Parte isenta de responsabilidade em relação a reivindicações, danos, perdas, multas, custos e despesas diretamente decorrentes de qualquer descumprimento dos compromissos e declarações previstas nesta Cláusula pela Parte Indenizante e pelos membros do Grupo da Parte Indenizante. Esta obrigação não se sujeita a qualquer limite de responsabilidade previsto neste Contrato e permanecerá válida independentemente do término do Contrato.

17.3.3 Cada Parte deverá: (i) manter controles internos adequados relacionados às suas obrigações previstas nos itens 17.3 (a), (b) e (c); (ii) elaborar e preparar seus livros, registros e relatórios de acordo com as práticas contábeis usualmente adotadas, aplicáveis à Parte; (iii) elaborar livros, registros e relatórios apropriados das transações da Parte, de forma que reflitam, correta e precisamente, e com nível de detalhamento razoável, os ativos e os passivos da Parte; (iv) manter os livros, registros e relatórios acima referidos pelo período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da vigência do Contrato e (v) cumprir a legislação aplicável.

17.3.4 Cada Parte deverá providenciar, mediante solicitação razoável da outra Parte, um certificado por escrito assinado por representante autorizado no sentido de ter a respectiva Parte cumprido as determinações dos itens 17.3 (a), (b) e (c).

17.3.5 Cada Parte ("Parte Notificante") reportará qualquer solicitação ou oferta, explícita ou implícita, de qualquer vantagem pessoal feita por qualquer membro do Grupo da outra Parte para a Parte Notificante.

17.4 O descumprimento das obrigações previstas nesta Cláusula 17 e seus subitens acarretará a rescisão contratual, sem prejuízo de a Parte afeta requerer indenização pelos danos diretos relacionados ao descumprimento destas obrigações.

CLÁUSULA 18 – DOMICÍLIO E NOTIFICAÇÃO

18.1 Para todos os efeitos legais derivados do Contrato, as Partes indicam, a seguir, os respectivos domicílios para onde devem ser enviadas as Notificações relacionadas ao Contrato:

(i) ORIGEM ENERGIA ALAGOAS S.A.,

Rua Lauro Müller, nº 116, sala 4401, Botafogo, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 22290-160

A/C: Flávia Barros

E-mail: flavia.barros@origemenergia.com

C/C: Rodrigo Mazza

E-mail: rodrigo.mazza@origemenergia.com ; comops@origemenergia.com

(ii) COMPANHIA DE GÁS DO ESPÍRITO SANTO – ESGÁS

Av. Nossa Senhora da Penha, nº 714, RS Trade Tower, Sala 1101, Praia do Canto, Vitória/ES,
CEP 29.055-130

A/C: Gian Geraldini e Lucas Magalhães

E-mail: ESGAS-comercial@energisa.com.br; lucas.magalhaes@energisa.com.br

Operação: saladecontrole@energisa.com.br;

Programação: programacaogn@energisa.com.br

18.2 Serão válidas como Notificação quaisquer trocas de informação de ordem operacional, de uma Parte à outra, desde que realizadas entre os endereços físicos e eletrônicos definidos no item anterior.

18.3 Qualquer uma das Partes terá o direito de modificar seus dados para contato, acima indicados, mediante Notificação transmitida à outra.

18.4 Qualquer Notificação será considerada válida na data de seu efetivo e comprovado recebimento, exceto nos casos em que estiver expressamente previsto no Contrato de forma diversa.

CLÁUSULA 19 – NOVAÇÃO

19.1 As estipulações previstas no Contrato não constituem novação de ajustes, acordos ou contratos de mesma natureza já existentes entre as Partes, que permanecem inalterados.

19.2 Na eventualidade de uma das Partes deixar de exigir o cumprimento de qualquer obrigação prevista no Contrato, tal prática não constituirá novação ou renúncia expressa ou tácita ao direito de fazê-lo em qualquer oportunidade. Qualquer renúncia ou novação a um direito estabelecido no Contrato só será considerada válida e eficaz mediante manifestação por escrito da Parte renunciante.

19.3 Os eventos abaixo especificados não serão considerados como precedentes capazes de novar, tácita ou expressamente, a Quantidade Diária Contratada (QDC) adotada na Notificação de Confirmação, permanecendo inalterados os direitos e obrigações estabelecidos no Contrato:

- (a) o fornecimento em base contínua ou alternada, pela Vendedora à Compradora, de qualquer Quantidade de Gás abaixo ou acima da Quantidade Diária Contratada (QDC); ou
- (b) a programação de retirada em base contínua ou alternada, pela Compradora, de qualquer Quantidade de Gás abaixo ou acima da Quantidade Diária Contratada (QDC).

CLÁUSULA 20 – DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1 Se qualquer disposição deste Contrato for considerada ilegal, inválida, ou inexecutável, de acordo com as Leis em vigor durante a vigência do Contrato, tal disposição será considerada completamente independente do Contrato. O Contrato será interpretado e executado como se tal disposição ilegal, inválida ou inexecutável não o integrasse e as disposições remanescentes permanecerão em pleno vigor e não serão afetadas pela disposição ilegal, inválida ou inexecutável.

20.1.1 Na hipótese do item 20.1, as Partes, por meio de aditivos ao Contrato, substituirão adequadamente tal disposição ilegal, inválida ou inexecutável por uma disposição ou disposições outras que, dentro do legalmente possível, deverão aproximar-se do que as Partes entendam ser a disposição original e a finalidade da mesma.

20.2 Este Contrato não poderá ser alterado senão por termo aditivo assinado pelos representantes legais devidamente autorizados de ambas as Partes.

20.3 As Partes declaram e garantem reciprocamente que, na data de celebração do Contrato:

- (a) Possuem plenos poderes para celebrar o presente Contrato e todos os demais instrumentos nele mencionados, bem como para assumir validamente e cumprir integralmente todas as obrigações deles decorrentes.
- (b) As pessoas naturais que assinam o presente Contrato na qualidade de representantes legais encontram-se plenamente autorizadas a fazê-lo, sem qualquer reserva ou limitação e sem a necessidade

de obtenção de qualquer autorização legal, contratual ou estatutária que, nesta data, ainda não tenha sido obtida.

(c) A celebração deste Contrato e/ou o cumprimento das obrigações nele contempladas não entram em conflito com (i) qualquer dispositivo dos respectivos contratos ou estatutos sociais das Partes; (ii) qualquer dispositivo de natureza administrativa ou legal aplicável às Partes; e/ou (iii) qualquer determinação, intimação, decisão ou ordem emitida por qualquer autoridade que possa afetar, direta ou indiretamente, a capacidade das Partes de celebrar e cumprir as disposições do presente Contrato.

(d) As Partes, conforme aplicável, obtiveram todas as licenças necessárias para o cumprimento desse Contrato, durante todo o seu prazo.

20.4 Este CONTRATO representa o acordo final das PARTES tendo sido livremente negociado e redigido pelas PARTES em conjunto, com assessoria profissional, substituindo todos acordos e manifestações prévias das PARTES com relação ao seu objeto.

20.5 As Partes concordam que o valor total estimado deste Contrato é de R\$ 32.536.189,00 (trinta e dois milhões, quinhentos e trinta e seis mil, cento e oitenta e nove reais).

20.6 Nos termos da legislação vigente, as Partes expressamente concordam em utilizar e reconhecem como válida a comprovação de anuência aos termos ora acordados em formato eletrônico, incluindo assinaturas eletrônicas em plataforma eleita pelas Partes, ainda que não utilizem de certificado digital emitido no padrão ICP-Brasil. A formalização das avenças na maneira supra acordada será suficiente para a validade e integral vinculação das Partes ao presente instrumento.

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 2024.

ORIGEM ENERGIA ALAGOAS S.A.

DocuSigned by:

Nathan Allan Biddle

Nathan Allan Biddle
Diretor

DocuSigned by:

Flavia Marques de Barros

Flavia Marques de Barros
Procuradora

COMPANHIA DE GÁS DO ESPÍRITO SANTO – ES GÁS

Assinado por:

Fabio Antonio Bertollo

Fabio Antonio Bertollo
Diretor-presidente

Assinado por:

Raphael Pereira dos Santos

Raphael Pereira dos Santos
Diretor Técnico Comercial

TESTEMUNHAS:

Assinado por:

Gian C. P. Geraldini

Gian C. P. Geraldini

Signed by:

Rodrigo Aponte Mazza

Rodrigo Aponte Mazza

DS

F5DDA